

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Hoje em DiaClass.: 815Data: 02/10/1981

Pg.: \_\_\_\_\_

# Tuma critica a 'xenofobia' dos 4468 deputados da CPI da Amazônia

BRASÍLIA — “Soberania nacional não se discute, se mantém”. Com essa frase, o secretário da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, definiu sua posição diante da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal que investiga a internacionalização da Amazônia. Em seu depoimento feito na manhã de ontem, Tuma afirmou que a Polícia Federal localizou 130 pistas clandestinas — utilizadas por garimpeiros que invadiram o território dos índios ianomami — das quais destruiu 65. As demais estão sob controle da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Sobre as missões religiosas, o secretário da Polícia Federal insistiu em afirmar, que apesar da existência de denúncias de ações ilícitas que estariam sendo realizadas por membros dessas missões, “não foi possível confirmar como verdadeiro”. Para Romeu Tuma, o perigo que a Amazônia corre hoje é o de “crimi-

nalização”, ou seja, a ação do tráfico de drogas. Os traficantes aproveitam-se da extensão territorial e do deficiente controle policial existente na região para firmar sua rede de distribuição de drogas. “O narcotráfico não tem e não reconhece fronteiras”, afirmou.

A CPI sobre a internacionalização da Amazônia, presidida pelo deputado Átila Lins (PMDB/AM) e tendo por relator Avenir Rosa (PDC/RR), deveria examinar as ameaças provocadas pela presença de missões religiosas entre os povos indígenas de Roraima e a existência de cerca de 200 pistas de pouso clandestinas nesse mesmo Estado.

O secretário da Polícia Federal pediu aos membros da CPI que analisassem a questão da “presença incômoda de alguns estrangeiros naquela região brasileira sem cair na xenofobia desvairada e inconseqüente”. E fez um relato da presença de missionários na

região — cerca de 900, conforme afirmou —, concluindo que “nenhuma das organizações missionárias, leigas ou religiosas” atua lá clandestinamente. Além disso, afirmou, de dois anos para cá o governo brasileiro restringiu ao máximo a concessão de vistos provisórios a missionários, coibindo a ação dessas missões.

Romeu Tuma apontou ainda o contrabando de ouro, cassiterita e outros minerais como um dos grandes problemas da Amazônia. E afirmou que o poder público não pode ignorar a existência de um “desbravamento descoordenado” praticado pelos garimpeiros “tratando-o apenas com prisões e retiradas forçadas”. A ausência do Estado na orientação desse desbravamento “faz prosperar lideranças espúrias e facilita o desvio das riquezas ali extraídas ou geradas, provocando, aí sim, uma desnacionalização prática dos recursos naturais brasileiros diante do assédio de receptadores estrangeiros”, disse.